

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.387 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2001

Aprovado seguro obrigatório  
para imóveis em construção

PÁGINA 3

Rejeitos radioativos devem  
ter normas para armazenagem

PÁGINA 2

## Senado vota primeira medida provisória sob novas regras

MP que abre crédito extraordinário para socorro a vítimas das secas no Nordeste e das enchentes no Centro-Sul é a primeira a ser examinada pelo Senado depois que o Congresso alterou a Constituição com o objetivo de limitar o uso desse instrumento pelo presidente da República. A votação está prevista para sessão de hoje à tarde.

PÁGINA 10



Tebet recebe Itamar Franco e Pedro Simon, concorrentes às prévias que escolherão o candidato do PMDB à Presidência da República

**Tebet: candidatura própria  
do PMDB está confirmada**

PÁGINA 11



Comissão de Educação votou emendas a projeto antidrogas

**Comissão define uso de bens  
apreendidos de traficantes**

PÁGINA 5



Ramez Tebet defende que os nomes dos negociadores do Brasil na Alca sejam submetidos ao Congresso

**Senadores e diplomatas debatem  
posição do Brasil diante da Alca**

Audiência pública promovida em conjunto pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional propiciou ontem um debate entre senadores e embaixadores a respeito da adesão do Brasil à Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

PÁGINA 6

Samuel Pinheiro Guimarães e Rubens Ricuperro participaram da audiência conjunta



### Congresso examina crédito suplementar para o Executivo

O Congresso Nacional vota hoje crédito suplementar no valor de R\$ 8,3 milhões para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. De acordo com a exposição de motivos que acompanha a mensagem, assinada pelo ministro Martus Tavares, os recursos custearão a divulgação das ações do governo, principalmente as relacionadas ao Plano Plurianual 2000-2003.

Martus informa ainda que os R\$ 8,3 milhões são oriundos do cancelamento de dotação do Ministério da Ciência e Tecnologia. A relatora da proposta é a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

Ainda na sessão de hoje, o Congresso pode votar também projeto de resolução que dispõe sobre a tramitação das medidas provisórias.

### CAS analisa custeio de transporte de paciente pelo SUS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje, às 9h, projeto que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a cobrir as despesas de transporte, alimentação e estada de pacientes que, por inexistência, insuficiência ou carência de serviços de saúde no local de seu domicílio, requeiram remoção para localidades dotadas de centros de saúde mais avançados.

De acordo com o projeto, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), as despesas serão financiadas com recursos do orçamento da Seguridade Social da União, dos estados, Distrito Federal e dos municípios. Marina Silva argumenta que a universalização do acesso aos benefícios da saúde pública foi um dos pontos altos da Constituição de 1988, mas as pessoas que moram em regiões isoladas enfrentam o problema da falta de bons hospitais em suas regiões.

Na mesma reunião da CAS, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), será discutido projeto do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que determina às companhias aéreas a redução de 50% no preço das passagens destinadas a pessoas com mais de 60 anos de idade.

# Plenário vota projeto sobre guarda de rejeitos radioativos

Também está na pauta proposta que torna inelegível o político cuja prestação de contas relativa à campanha eleitoral tenha sido rejeitada

O tratamento dispensado aos rejeitos radioativos é um dos itens da pauta de votações do Senado para hoje, às 18h30. O projeto, originário da Câmara dos Deputados e com parecer favorável do senador Romero Jucá (PSDB-RR), regula a construção de locais apropriados para o armazenamento desse tipo de material tóxico e a indenização em caso de acidente.

Também está incluído na ordem do dia o projeto de lei complementar, de iniciativa do senador Moreira Mendes (PFL-RO), que torna inelegível o político cuja prestação de contas relativa à campanha eleitoral tenha sido rejeitada. Outro item é o substitutivo do Senado ao projeto da Câmara que trata do valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropria-



Romero Jucá deu parecer favorável ao projeto sobre rejeitos radioativos, já aprovado pela Câmara

ções para fins de reforma agrária.

Os senadores também analisarão projeto de lei da Câmara que estabelece a definição do que são escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, para fins de recebimento de recursos públi-

cos. A proposição regulamenta a Constituição federal.

A ordem do dia traz ainda outro projeto da Câmara, que atribui valor de documento de identidade à Carteira de Fiscal de Tributos Estaduais.

## Preso que estuda pode ter redução de pena

Projeto que possibilita a redução progressiva da pena do preso estudante está na pauta da reunião que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza hoje, a partir das 10h. A matéria é de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) e tramita em decisão terminativa.

Para ter acesso ao benefício, o preso precisará comprovar matrícula e efetivo aproveitamento em estabelecimento de ensino regular ou profissionalizante, podendo converter um dia de pena por dois dias de estudo. A aprovação da proposta foi recomendada pelo relator, senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que encara a medida como fator de estímulo à recuperação do preso. Após a discussão do relatório, na semana passada, a votação do projeto foi adiada por pedido de vista do se-



Maguito Vilela propõe a redução progressiva da pena do preso estudante

gador José Eduardo Dutra (PT-SE). O senador petista levantou dúvidas sobre o risco de o benefício ser estendido aos condenados pela prática de crime hediondo.

Outro assunto em pauta na reunião da CCJ é a emenda constitu-

cional do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que institui o Fundo para a Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, cuja aprovação é sugerida pela relatora, senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Ainda na área ambiental, a comissão deve votar redefinição da titularidade das águas subterrâneas do país, objeto de emenda constitucional do então senador Júlio Eduardo (PT-AC). A proposta tem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e pretende deixar expressa, na Constituição, a titularidade da União sobre as águas superficiais ou subterrâneas, que banhem mais de um estado, sirvam de limites com outros países, estendam-se a território estrangeiro ou dele provenham.

### AGENDA

QUARTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2001

Senador Ramez Tebet  
Presidente

10h — Recebe Jorge Furtado, Nilton Alves de Oliveira, Aécio Epifânio Soares e Bento José Labre, membros da Associação de Engenheiros Agrônomos do Inca  
10h30 — Recebe o senador José Eduardo Dutra, acompanhado de prefeitos de São Paulo  
10h45 — Recebe Esacheu Nascimento, acompanhado de membros do Ministério Público  
11h — Reunião da Mesa do Senado  
14h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional  
17h30 — Recebe o deputado Waldemir Moka, acompanhado de membros do Conselho Federal de Administração  
18h — Recebe Gilmar Francisco de Lima, diretor-presidente do jornal *Folha do Povo*  
18h30 — Preside sessão deliberativa extraordinária do Senado  
21h — Jantar em sua homenagem. *Hotel Naoum Plaza*

#### PLENÁRIO

14h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: vota crédito suplementar no valor de R\$ 8,3 milhões para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plenário da Câmara dos Deputados

18h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: MP nº 1/01, abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional no valor de R\$ 154 milhões; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 7/2001, que dispõe sobre o acesso a informações e documentos sigilosos; votação, em primeiro turno, da PEC nº 12/01, dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste; PLS nº 113/00-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90, para tornar inelegível aquele cuja prestação de contas relativa a campanha eleitoral tenha sido rejeitada; PLC nº 53/77, regulamenta o art. 213 da Constituição federal, definindo escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas para fins de recebimento de recursos públicos; substitutivo da Câmara ao PLS nº 294/89, dispõe sobre depósito de rejeitos radioativos; substitutivo do Senado ao PLC nº 2/00, dispõe sobre o valor das benfeitorias executadas com recursos públicos nas desapropriações para fins de reforma agrária; e PLC nº 26/01, atribui valor de documento de identidade à Carteira de Fiscal de Tributos Estaduais.

#### COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

10h — Comissão de Educação

12h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

14h — CPI do Futebol

15h — CPI do Roubo de Cargas

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

#### Especial

9h às 18h — Simpósio sobre Bioética, Biodireito, Genoma e Clonagem, de iniciativa do senador Sebastião Rocha. *Audatório Patrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Mário Marona  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miqéas Dantas de Moraes, e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Aprovado seguro para imóvel em construção

Autor do projeto, Edison Lobão explica que objetivo é evitar o risco a que estão submetidos os adquirentes de imóveis não concluídos. Proposta será votada ainda em turno suplementar. Se confirmada aprovação, irá à Câmara

O Senado aprovou ontem o projeto que torna obrigatória a contratação de seguro-garantia nas atividades de incorporação e construção de imóveis. O objetivo da proposta, conforme o autor, senador Edison Lobão (PFL-MA), é evitar o risco a que estão submetidos os adquirentes de imóveis em construção, diante da insolvência de construtoras ou incorporadoras. O projeto foi acolhido por meio de substitutivo do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e será submetido, ainda, a turno suplementar de votação. Se confirmada a aprovação, irá ao exame da Câmara dos Deputados.

Edison Lobão cita a falência da Construtora Encol como exemplo de prejuízos que poderiam ser evi-

tados se o seguro-garantia estivesse previsto na legislação. “Mais de 42 mil pessoas que aplicaram suas poupanças, tendo como objetivo adquirir um imóvel, se viram na iminência de perder os recursos, frente à possível insolvência absoluta da Encol”, disse o senador.

Outra vantagem do instrumento, ressalta o senador, é evitar uma retração no setor imobiliário, em virtude do temor das pessoas de adquirirem imóveis na planta.

— A inexistência de mecanismos que preservem os recursos aplicados na compra de imóveis cria um perigoso risco sobre todo o conjunto de instituições que operam no setor imobiliário — alertou Lobão.

Pelo texto aprovado, a aplicação

do seguro-garantia não se limita às transações imobiliárias. Edison Lobão explica que o seguro também deverá ser utilizado nas licitações e nos contratos públicos, “quer se trate de executar obras, fornecer bens ou prestar serviços”. O senador acrescentou que o seguro-garantia também, conforme o projeto, deverá ser empregado “em relações contratuais privadas, nas mesmas modalidades de fazer, entregar e servir”.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) elogiou a iniciativa de Lobão e lembrou ter apresentado projeto semelhante em 1999, que tratava do seguro-garantia para término de obras. Arlindo disse que a proposta de Lobão é mais abrangente.



Edison Lobão citou, em defesa da proposta, situação dos 42 mil mutuários da Encol

## Mozarildo defende novos estados e territórios

Autor de três projetos de consulta à população sobre a criação de novos estados, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) parabenizou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso pelo incentivo à criação de novas unidades da Federação. O presidente manifestou-se sobre o assunto numa solenidade no Tocantins, desmembrado há 13 anos de Goiás.

Os projetos de Mozarildo Cavalcanti autorizam a realização de plebiscitos destinados a autorizar ou não o desmembramento de parte do Pará, para criar o estado de Tapajós; e de parte de Mato Grosso, para criar o estado do Araguaia. Um terceiro projeto prevê consulta à população para que municípios do Amazonas sejam redivididos para criação de três territórios: Alto Rio Negro, Solimões e Juruá. Aprovadas no Senado, as três iniciativas aguardam deliberação da Câmara.

Em seu discurso, Mozarildo contestou técnicos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento que, segundo matéria publicada no jornal *Estado de S. Paulo*, disseram que a criação de um novo estado custa muito caro para o contribuinte. De acordo com a reportagem, a União gastou R\$ 1,1 bilhão com a criação do Tocantins e R\$ 800 milhões com a criação de Mato Grosso do Sul.

— Quantos bilhões não foram gastos para cobrir rombos de bancos? — questionou o senador, criticando a preocupação desses técnicos com a União. “E o que é a União? Por acaso, alguém vive na União?”, indagou ainda o parlamentar, lembrando estar comprovado que a criação de novas unidades da Federação resulta sempre em mais desenvolvimento para o país.

Em apartes, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) disse que a redivisão



Mozarildo parabenizou Fernando Henrique pelo incentivo à formação de novas unidades federativas

territorial do Brasil precisa ser analisada com bastante critério. Já o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) considerou inadiável o desmembramento de unidades da Federação e disse que o Tocantins é um exemplo da decisão correta de redividir o país. Por sua vez, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) informou que o governador Almir Gabriel está tentando impedir o povo paraense de se manifestar em plebiscito sobre a criação de novo estado.

mente ainda seriam vinculados ao Pará.

— A não-inclusão dos municípios de Curuá, Rurópolis e Terra Santa configura um lapso tanto na apresentação da proposta original, quanto na redação final aprovada pelo Senado, cuja correção está prevista no Regimento Interno da Casa — argumentou Romeu Tuma.

## Incluídas três cidades no projeto que cria o Tapajós

A inclusão de Curuá, Rurópolis e Terra Santa na relação dos municípios que poderão constituir o estado do Tapajós, por desmembramento do estado do Pará, conforme projeto do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), foi aprovada ontem pelo Plenário. O projeto prevê a realização de plebiscito sobre a criação do novo estado.

Segundo o relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Romeu Tuma (PFL-SP), se esse erro não fosse corrigido, os três municípios mencionados passariam a apresentar uma situação insustentável do ponto de vista jurídico, pois estariam inseridos na área do novo estado ou território, mas jurídica-

## Iris homenageia memória do construtor de Goiânia

Ao registrar o transcurso, hoje, do 68º aniversário de Goiânia, capital de Goiás, o senador Iris Rezende (PMDB-GO) reverenciou a memória de Pedro Ludovico Teixeira, na época interventor federal daquele estado e responsável pela construção da cidade, iniciada em 1933.

A carreira política de Pedro Ludovico começou em 1930, quando ele foi nomeado interventor federal no estado de Goiás por Getúlio Vargas. A partir de então, ressaltou Iris Rezende, o político iniciou a sua grande cruzada no sentido de construir uma capital no Planalto Central.

Iris Rezende afirmou que a visão modernista de Pedro Ludovico percebia na construção de uma nova capital para Goiás, a grande oportunidade de romper com o passado conservador e inserir aquele estado em um novo processo de modernização e de desenvolvimento econômico.

O senador afirmou que a população de Goiás orgulha-se da pujança de sua capital e venera o seu fundador, por destacar Pedro Ludovico como um idealizador que abriu caminho para que um outro visionário acreditasse no mesmo sonho e conseguisse construir a nova capital do Brasil, Brasília.

Iris Rezende ressaltou que Pedro Ludovico foi o impulsionador do

MDB em Goiás e sempre defendeu a justiça, exercendo com dedicação, seriedade e dignidade três mandatos de senador.

Conforme Iris Rezende, Ludovico teve a carreira política interrompida quando os militares, em 1969, cassaram seu mandato de senador e suspenderam seus direitos políticos. O senador disse que Pedro Ludovico foi um dos heróis da resistência democrática nos tempos da ditadura militar e defendeu, até o dia de sua morte, a democracia, o progresso e a justiça social.

Iris Rezende apresentou à Mesa requerimento de inclusão do ex-senador Pedro Ludovico Teixeira nas coleções *Grandes Vultos que Honraram o Senado e História Constitucional do Brasil*.



Iris Rezende destacou que Pedro Ludovico exerceu com dedicação três mandatos de senador

## Autorizada concessão para duas rádios comunitárias

Os senadores aprovaram ontem projetos de decretos legislativos que autorizam o funcionamento de duas emissoras de rádio comunitária, nas cidades de Bom Princípio (PI) e Coxim (MS). Também foi aprovada permissão para a Fundação Odilon Rezende de Andrade, que operará emissora em FM na cidade de Três Corações (MG).



Comissão de Assuntos Econômicos concluiu que o projeto não fere a Lei de Diretrizes Orçamentárias nem a Lei de Responsabilidade Fiscal

## CAE aprova plano de carreira e criação de cargos no TCU

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei da Câmara que institui plano de carreira e cria cargos para o Tribunal de Contas da União (TCU). O projeto agora segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator da matéria na CAE, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente da comissão, entendeu que o projeto não fere qualquer dispositivo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) nem da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou a aprovação do projeto fundamental para

dotar o TCU das condições de que necessita para executar suas novas funções delegadas pela LRF, que tem como meta maior a correta gestão do dinheiro público.

Segundo dados constantes do parecer do relator, o aumento de despesa decorrente do projeto tem adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com o plano plurianual, e é da ordem de R\$ 69,17 milhões.

O total da despesa com pessoal no TCU projetado para o atual exercício é de R\$ 369,44 milhões, já incorporadas as mudanças previstas no plano. Para 2002, essas despesas deverão ser acrescidas em 11,51%.

## Tuma registra homenagem às 100 empresas mais lucrativas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou a homenagem feita pela revista *IstoÉ Dinheiro* às 100 empresas detentoras dos maiores lucros no Brasil. O objetivo da revista, de acordo com o parlamentar, foi levantar a bandeira de que “o lucro não é pecado”. O evento contou com a presença dos presidentes da Argentina, Fernando de La Rúa, e do Brasil, Fernando Henrique Cardoso.

— A mudança de atitude que a revista acredita estar iniciando, a partir da homenagem às 100 maiores e mais lucrativas, é que as empresas devem reverenciar o lucro como meta, como fonte geradora de mais produção, mais emprego, mais riquezas para o Brasil, e como



Romeu Tuma destaca homenagem prestada pela *IstoÉ Dinheiro*

a chave que nos abrirá mercados em todo o mundo — destacou.

Tuma afirmou que o lucro é, antes de tudo, demonstração cristalina da eficiência do parque produtivo do país, uma prova inequívoca de que ele está integrado de forma competitiva na globalização. Ressaltou que os lucros apurados nesse levantamento — que tem por base números da Comissão de Valores Mobiliários — comprovam a maturidade da livre iniciativa da nação.

O senador informou que mais de mil convidados, entre representantes da indústria, do comércio e do sistema financeiro, compareceram ao evento, realizado em São Paulo no último dia 8.

# Projeto incentiva uso de gás e carvão para gerar energia

Proposta do governo foi aprovada pelas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Assuntos Econômicos e vai agora ao Plenário

As operações de venda de gás natural canalizado ou de carvão mineral para produção de energia elétrica poderão ter alíquota zero nas contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep). Essa é a intenção do projeto aprovado ontem pelas Comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI), com parecer favorável do senador Fernando Matusalém (PPB-RO), e de Assuntos Econômicos (CAE), onde o relator, que também se manifestou favoravelmente, foi o senador Bello Parga (PFL-MA).

A matéria, que vai agora ao Plenário do Senado, é de iniciativa do Executivo e tramita em regime de urgência constitucional, já tendo sido aprovada pela Câmara dos Deputados. De acordo com as justificativas do governo, o objetivo é contribuir para a implantação das usinas termelétricas e a diversificação da matriz geradora de energia do país, já que estimula a utilização de gás natural e do carvão mineral, ainda pouco aproveitados.

Na Comissão de Infra-Estrutura, Fernando Matusalém argumentou que a proposta irá “efetivar a desoneração tributária para melhorar



Objetivo do projeto aprovado pela comissão é diversificar a matriz energética do país

o preço médio da energia elétrica nacionalmente produzida por todas as fontes”. Ele explicou ainda que o custo atual da energia elétrica obtida tanto do gás natural quanto do carvão mineral não é competitivo diante da produção por força hidráulica.

Pelo projeto, caberá à Secretaria da Receita Federal definir as normas operacionais, inclusive instituindo o registro especial de vendedores e adquirentes. O relator observou também que os efeitos da medida, se tornada lei, somente ocorrerão a partir do primeiro dia do quarto mês subsequente à sua publicação. A reunião da CI foi presidida pelo senador Leomar Quintanilha (PFL-TO).

Na Comissão de Assuntos Econômicos, algumas dúvidas levantadas

pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM) foram esclarecidas no início da reunião pelo relator. Bello Parga explicou que o benefício não se estende ao GLP (gás liquefeito de petróleo), que na região amazônica deverá ser transportado para usinas termelétricas em barcaças. O projeto diz respeito somente ao gás natural, transportado através de dutos — explicou Bello Parga.

O relator disse ainda que, segundo o ministro da Fazenda, a perda de receita com o benefício criado pelo projeto “é insignificante”, pois existe no país uma única usina termelétrica movida a gás natural em funcionamento. Já a perda de receita com a alíquota zero nas vendas de carvão mineral destinadas à produção de energia elétrica será de aproximadamente R\$ 11 milhões.

## Prefeitos defendem contribuição de iluminação pública

O presidente do Senado, Ramez Tebet, conversou ontem com uma comissão de prefeitos que pleiteia a aprovação pela Casa, ainda neste ano, de proposta de emenda à Constituição (PEC) que institui a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública. Liderou a delegação o presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

Esteve também com Tebet uma comissão de 48 prefeitos solicitando a aprovação de projeto do deputado Chico da Princesa (PSDB-PR) que altera percentuais de *royalties* sobre a compensação financeira dos recursos hídricos dos municípios de 45% para 65%. A proposta favorece os municípios



Prefeitos pediram a Tebet que o Senado vote a proposta ainda neste ano

onde estão situadas as usinas hidrelétricas.

Ramez Tebet também recebeu a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), acompanhada de prefeitos de Sergipe que estão em Brasília para manter contatos com a Comissão Mista de Orçamento.

O presidente do Senado ainda recebeu visita de cortesia do desembargador Régis de Oliveira, ex-parlamentar e ex-prefeito de São Paulo, que estava acompanhado do prefeito de Santa Lúcia, cidade do interior paulista.

## Educador Paulo Freire recebe homenagem hoje

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 10h, para prestar homenagem póstuma ao educador Paulo Freire e descerrar o retrato do senador Freitas Neto (PSDB-PI), ex-presidente do colegiado.

Durante a homenagem, o professor doutor Bauduíno Antônio Andreola, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fará palestra sobre a atualidade da obra de Paulo Freire. No encerramento da reunião, previsto para as 10h40, será descerrado o retrato de Freitas Neto.

A comissão é presidida pelo senador Ricardo Santos (PSDB-ES).



Romero Jucá afirmou que Santos Dumont "encantou o mundo" ao voar com o seu 14-Bis

## Jucá lembra vôo histórico de Santos Dumont em Paris

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou ontem em Plenário que há exatos 95 anos o brasileiro Alberto Santos Dumont "encantou o mundo" ao voar por cerca de 60 metros, em Paris, com o seu 14-Bis. Por isso, no dia 23 de outubro é comemorado no Brasil o Dia do Aviador, da Aviação e da Força Aérea Brasileira.

— Santos Dumont não fez apenas o primeiro vôo. Ele continuou fabricando aviões, e o de número 18 destacou-se por ser o precursor dos hidroaviões. Em 3 de outubro de 1909, o brasileiro bateu novo recorde, voando uma distância de oito quilômetros, em cinco minutos, a uma velocidade de 96 quilômetros por hora — relatou o senador.

Apenas 21 anos depois do vôo histórico de Santos Dumont, segundo Jucá, foi fundada no Brasil a Viação Aérea Rio-Grandense (Varig), que hoje transporta 10 milhões de passageiros por ano em 19 países, quatro continentes e 34 cidades brasileiras.

# Comissão aprova o uso de bens apreendidos no combate ao tráfico

A medida está prevista em emenda da senadora Marluce Pinto, acatada ontem pela CE, ao projeto da nova lei contra o uso e tráfico de drogas. A decisão final será do Plenário

A Comissão de Educação (CE) decidiu ontem incluir duas modificações no projeto que cria uma nova legislação para o combate ao uso e tráfico de drogas. As emendas foram apresentadas pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) e acolhidas pelo relator da matéria e presidente da comissão, senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Tanto as emendas como a proposta, que já havia sido aprovada pela comissão no dia 16, serão votadas agora pelo Plenário, em regime de urgência.

As modificações sugeridas pela senadora permitem que a polícia utilize no combate ao tráfico de drogas recursos apreendidos de criminosos, como veículos. Tal uso só poderá ocorrer depois de instaurado o processo judicial.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), que relatou favoravelmente a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), destacou que as novas regras inovam ao mudar o foco da legislação antidrogas.



Uma segunda emenda aprovada pela Comissão de Educação trata dos bens encontrados pela polícia com narcotraficantes

— Antes, a ênfase era a repressão tanto ao consumidor quanto ao traficante. O substitutivo aprovado considera o usuário como um paciente que precisa ser tratado, enquanto torna mais seve-

ras as punições para os traficantes — disse Tuma.

A segunda emenda de Marluce Pinto acolhida por Ricardo Santos deixa claro que a competência para a venda de bens encon-

trados pela polícia com narcotraficantes é da Secretaria Nacional Antidrogas. O dinheiro resultante da alienação desses bens deverá ser apropriado diretamente pelo Fundo Nacional Antidrogas.

## Reitor deve ser autorizado a concorrer à reeleição

Com parecer favorável do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), a Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto que revoga artigo da Lei nº 9.192 que impede a reeleição dos reitores e vice-reitores de universidades, diretores e vices de unidades universitárias e de estabelecimentos de ensino superior. A matéria só vai a Plenário se houver recurso de pelo menos nove senadores.

O autor do projeto, senador Romero Jucá (PSDB-RR), argumenta, na justificação da matéria, que "numa época em que já foi aprovada a possibilidade de reeleição em todos os níveis do Poder Executivo, inclusive para presidente da República, é inconcebível que se mantenha dispositivo tão anacrônico na legislação que trata da escolha dos dirigentes universitários".

Também em caráter terminativo, a comissão aprovou projeto do senador Ney Suassuna



Eduardo Suplicy deu parecer favorável ao projeto, aprovado pela CE, que permite a reeleição

(PMDB-PB) que denomina Geralda Freire Medeiros a ponte sobre o Rio Espinharas, na cidade de Patos (PB).

Em seu parecer, o senador Luiz Pontes (PSDB-CE) destaca que a proposição tem por objetivo homenagear "uma mulher extraordinária e singular, que marcou a vida de vários municípios paraibanos. "Suassuna lembrou que a homenageada foi a primeira prefeita e deputada federal da Paraíba.

## Marina Silva cobra mais recursos para a educação

A senadora Marina Silva (PT-AC) afirmou em discurso que o governo "não entende a importância estratégica" de investir na educação, mas não hesitou em evitar a falência de bancos após o Plano Real, destinando ao programa de recuperação de instituições financeiras mais de R\$ 20 bilhões.

Ela citou dados da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) mostrando que as taxas de retorno dos investimentos em educação "são altíssimas". Conforme a Cepal, o Brasil pode investir mais 4% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação (hoje investe 4,6%). Se esse investimento adicional ocorresse, haveria aumento potencial de 17% no PIB do país, segundo a organização. Isso significaria crescimento de R\$ 24 bilhões na produção nacional de um ano. Esses números, disse, foram apresentados pela senadora Emília Fernandes (PT-RS).



O governo "não entende a importância estratégica" de investir em educação, disse Marina

Marina Silva lamentou que o governo tenha tentado comparar os professores universitários em greve "a gazeteiros que querem receber sem trabalhar".

— Se o governo estivesse realmente interessado em estabelecer correta relação entre o emprego dos recursos públicos e o interesse público, não teria deixado que o salário dos professores chegasse a ser tão desproporcional ao seu preparo.

# Tebet: Congresso deve aprovar negociadores da Alca

Para o presidente do Senado, a medida é necessária porque a atividade dos encarregados de discutir a implantação da Área de Livre Comércio das Américas equipara-se à dos chefes de missões diplomáticas

O presidente do Senado, Ramez Tebet, propôs ontem durante a abertura do seminário "O Brasil e a Alca", na Câmara dos Deputados, que os negociadores brasileiros para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas tenham seus nomes submetidos à aprovação do Congresso Nacional. A medida, disse, contribuiria para tornar mais equilibradas as relações entre os poderes da República. Ele lembrou que esse procedimento já é adotado pelos Estados Unidos.

Tebet ressaltou que a atividade dos negociadores pode ser equiparada à dos chefes de missão diplomática permanente, cuja nomeação depende da aprovação do Legislativo, embora a indicação seja feita pelo presidente da República. Em função disso, entende Tebet, "nada mais correto que os mais importantes negociadores comerciais do Estado, da mesma forma, sejam confirmados em seus cargos pelos representantes legislativos".

A importância da Alca e seu impacto para os 34 países do continente e seus 800 milhões de habitantes, observou o senador, justificam a participação dos legisladores na apreciação dos nomes dos representantes do Brasil.

## DISCUSSÕES

Tebet cumprimentou o deputado Aécio Neves, presidente da Câmara, pela iniciativa do seminário internacional. A discussão, afirmou, "inseriu o Legislativo no centro dessas discussões".

A solenidade de abertura do seminário foi presidida por Aécio e contou também com a participação dos ministros Celso Lafer, das Relações Exteriores, Francisco Dornelles, do Trabalho e Emprego, e José Serra, da Saúde, além do ex-presidente argentino Raul Alfonsín e do ex-secretário de Defesa dos Estados Unidos William Cohen. O seminário, que termina hoje, terá painéis de debates com representantes do Brasil, de organismos internacionais e de vários outros países do continente americano.

Tebet também pediu atenção e cautela no processo de preparação e implantação da Área de Livre Comércio das Américas, em função dos diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social dos países do continente.



Ramez Tebet participou, juntamente com vários ministros, da abertura na Câmara dos Deputados do seminário internacional "O Brasil e a Alca"

## Embaixadores divergem sobre adesão do Brasil ao bloco comercial

Em audiência pública realizada pelas Comissões de Assuntos Econômicos e de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a retomada de uma agenda para a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), os embaixadores Samuel Pinheiro Guimarães e José Alfredo Graça Lima, juntamente com Rubens Ricupero, secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), expuseram pontos de vista diferentes sobre o que representaria a inserção do Brasil no bloco comercial.

Graça Lima entende que a Alca "é uma oportunidade e que só os

setores ineficientes devem temê-la". Já Samuel Guimarães advertiu que, num sistema de livre competição entre as empresas do Brasil e dos Estados Unidos, dificilmente os norte-americanos – que no conjunto da economia são entre 40% e 60% mais competitivos que os brasileiros – perderiam.

Primeiro a falar, o embaixador Rubens Ricupero fez um balanço da conjuntura mundial após os ataques terroristas nos Estados Unidos. Segundo disse, os atentados precipitaram a crise que já começava a atingir a economia norte-americana. Na sua avaliação, as maiores conseqüências

para o Brasil e demais países emergentes devem ser a diminuição das importações pelos Estados Unidos e a escassez de investimentos externos.

Em sua exposição, Samuel Guimarães disse que, se o Brasil aderir à Alca, a tendência é que as disparidades regionais e vulnerabilidades estruturais se agravem. Ele acrescentou que o acordo em torno da Alca poderá retirar do Brasil a possibilidade de executar políticas comerciais ou industriais. Por sua vez, Graça Lima afirmou que, se o país conseguir fazer uma reforma tributária e reduzir as taxas

de juros, poderá obter vários benefícios com a Alca.

Participando do debate, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestou a preocupação de que a Alca não se limite apenas a facilitar a transferência de capitais, bens e serviços entre os países. Ele defende que, a exemplo do que ocorre na União Européia, os direitos sociais e trabalhistas das populações envolvidas na área de livre comércio também devem se aproximar. "Que os cidadãos possam participar das riquezas dos países", disse.

## ATRASO

Já o senador Lauro Campos (PDT-DF) lamentou que o Brasil tenha entrado tarde na discussão do livre comércio entre países, e lembrou que desde 1950, quando estudava na Itália, os europeus já debatiam o assunto. Ele acredita que o interesse dos Estados Unidos na Alca vem da necessidade daquele país de ampliar o mercado para seus produtos. "Por isso eles estão tentando construir esse mercado do Alasca à Patagônia."

Último senador a debater o tema, Paulo Souto (PFL-BA) indagou sobre o tipo de retaliação que o Brasil poderia sofrer se decidisse não aderir à Alca. Graça Lima garantiu que não há nenhuma possibilidade de que o país possa ser punido. "O único prejuízo seria deixar de desfrutar de um mercado maior e desimpedido", afirmou.



# Procuradores justificam apreensão de documentos

Representantes do Ministério Público Federal afirmam que operação em instalação da Inteligência do Exército em Marabá ocorreu conforme a lei

Os procuradores do Ministério Público Federal Guilherme Zanina Schelb, Marlon Alberto Weichert e Felício Pontes Júnior explicaram aos senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) as circunstâncias em que se deu a apreensão de documentos secretos numa instalação da Inteligência do Exército Brasileiro em Marabá (PA)

há cerca de dois meses. Segundo Guilherme Schelb, a operação foi realizada de acordo com a lei, com mandado de busca e apreensão, além de ter sido inteiramente filmada por duas câmeras, pois a medida faz parte do inquérito civil público que pretende localizar as ossadas de guerrilheiros mortos na região.

O procurador Marlon Alberto Weichert disse que não existe uma "versão do Ministério Público Federal" para a apreensão dos documentos e que os fatos estão todos certificados nos autos. Ele afirmou que não poderia dar maiores detalhes uma vez que o processo está correndo em segredo de Justiça. O procurador Felício Pontes Júnior afirmou que o inquérito civil "não tem qualquer intenção de revanchismo político", mas apenas "o dever constitucional e o sentido humanitário" de



Os procuradores Guilherme Schelb, Marlon Alberto Weichert e Felício Pontes foram ouvidos pela CRE, presidida por Jefferson Péres (segundo à esquerda)

localizar as ossadas para que os familiares dos desaparecidos possam "chorar seus mortos".

Felício disse ainda que o Ministério Público Federal está empenhado em fazer com que o governo federal, a exemplo do que realizou com as famílias dos desaparecidos na guerrilha do Araguaia, também reconheça "o sofrimento dos habitantes da região" e conceda indenização aos sobreviventes e familiares dos já falecidos.

— Moradores daquela região também sofreram com torturas e o incêndio de suas casas e plantações, que serviam de apoio logístico aos guerrilheiros — explicou.

## INCOMPREENSÃO

O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) parabenizou os procuradores e disse que a desinformação sobre o episódio ajudou a criar um "clima de guerra, incompreensão e risco" para os

próprios procuradores, "por pessoas que não entenderam a finalidade do trabalho na região". O senador Pedro Simon (PMDB-RS) felicitou os procuradores pelos "dados claros e precisos" que apresentaram, dizendo que não podia "fazer o mesmo com o procurador-geral".

— A Justiça já não julga, já não decide. Pelo menos a opinião pública pode saber o que está acontecendo através de depoimentos como esse — disse Simon.

O presidente da CRE, senador Jefferson Péres (PDT-AM), cumprimentou os procuradores pela "exposição serena, evitando agredir instituições que precisam ser preservadas". Jefferson Péres disse que "os agentes dessas instituições podem até cometer erros, mas é preciso não esquecer que elas são vitais para a sobrevivência do país".



## TEBET RECEBE EMBAIXADOR DE ISRAEL

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu na manhã de ontem o embaixador de Israel no Brasil, Daniel Gazit. De acordo com o diplomata, o encontro foi "uma visita de cortesia para cumprimentar o senador por sua eleição para a Presidência da Casa". Gazit disse ainda que aproveitou a oportunidade para expor a Tebet a posição de seu país diante de questões como o conflito com os palestinos e o terrorismo. As relações Brasil-Israel também foram abordadas durante o encontro.

## Comissão sabatina Andrea Matarazzo

Em reunião secreta, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decide hoje se o nome do secretário de Comunicação de Governo da Presidência da República, Andrea Matarazzo, pode ser submetido à apreciação do Plenário. Matarazzo foi indicado para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Itália. Depois de sabatinar Matarazzo, a comissão, presidida pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), vota o relatório do senador Pedro Piva (PSDB-SP), favorável à indicação do secretário ao cargo.

Sérgio Carvalho depôs na CPI das ONGs, presidida por Mozarildo Cavalcanti (E)



## Deputado denuncia aquisição irregular de terra na Amazônia

A comissão parlamentar de inquérito que investiga denúncias de irregularidades em organizações não-governamentais (ONGs) ouviu ontem o deputado Sérgio Carvalho (PSDB-RO), relator da CPI da Grilagem de Terras na Amazônia, realizada na Câmara dos Deputados.

Conforme Sérgio Carvalho, a comissão apurou que mais de 60 milhões de hectares na Amazônia foram adquiridos de maneira ilegal. Disse ainda que foram poucas as denúncias envolvendo ONGs com grilagem. Houve suspeitas apenas em relação à Associação Amazônia e a For Ever Green.

O deputado disse que chamou a atenção o fato de a For Ever Green, que pertence a estrangeiros, ter acumulado mais de 100 mil hectares de terras na região. Quanto à Associação Amazônia,

Carvalho declarou que investigações comprovaram que os 172 mil hectares de terras que pertencem à organização foram adquiridos de maneira fraudulenta.

O presidente da CPI das ONGs, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), disse que é necessário investigar as ligações da entidade com empresas européias, que, segundo Carvalho, teriam enviado mais de US\$ 500 mil para a Associação Amazônia.

Sérgio Carvalho revelou que existem indícios de que a entidade está envolvida com a prática de trabalho escravo. As sete famílias que moram nas terras da ONG trabalham sem receber nenhuma remuneração, afirmou. O deputado não descartou a possibilidade de que a posse de terras tenha sido obtida por meio de ligações entre magistrados e as duas ONGs.



Aldemir Paraguassu (ao microfone), da Diretoria de Programas da Secretaria Executiva do Meio Ambiente, falou à Comissão Especial do Rio São Francisco

## Faltam recursos para recuperar Rio São Francisco, diz técnico

A Comissão Especial do Rio São Francisco recebeu ontem Aldemir Paraguassu, representante da Diretoria de Programas da Secretaria Executiva do Meio Ambiente. Ele discutiu a revitalização do Rio São Francisco, e informou que o projeto recebeu somente R\$ 84 milhões neste ano. De acordo com Aldemir, para dar continuidade ao programa, seriam necessários R\$ 200 milhões em 2001, mas a previsão orçamentária encaminhada pelo governo prevê somente R\$ 30 milhões.

O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), disse que vai solicitar ao ministro

do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que tente encontrar novas fontes de recursos para dar continuidade à revitalização do rio. Afirmou ainda que vai recorrer às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle para apresentar emendas ao Orçamento de forma a garantir os recursos.

A comissão especial deve acompanhar a revitalização do Rio São Francisco, que compreende ações de despoluição, conservação de solos, convivência com a seca e reflorestamento.

# CAS aprova verba para recuperar mananciais

Emendas que serão apresentadas pela comissão ao Projeto de Orçamento para 2002 também beneficiam Rede Sarah de Hospitais, setor habitacional, saneamento básico e ações de combate a doenças endêmicas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), aprovou ontem as cinco emendas que deverá apresentar ao Projeto de Lei Orçamentária para 2002, em exame na Comissão Mista de Orçamento.

Como ocorreu nos anos anteriores, uma das emendas da CAS destina recursos para a Rede Sarah de Hospitais do Aparelho Locomotor, no valor de R\$ 120 milhões.

Os senadores da comissão aprovaram ainda mais quatro emendas de consenso, uma das quais no valor de R\$ 290 milhões para a recuperação de mananciais e canalização de córregos, com o objetivo de melhorar a qualidade da água e as condições ambientais dos municípios.

Foi aprovada também emenda no valor de R\$ 350 milhões destinada a combater o déficit habitacional brasileiro. Segundo o senador Mauro Miranda (PMDB-GO),



Para combate ao déficit habitacional, CAS aprovou na reunião de ontem emenda no valor de R\$ 350 milhões

estima-se que, atualmente, cerca de 27 milhões de pessoas estão sem moradia, o que representa 16% da população brasileira.

Os membros da CAS acolheram outra emenda, prevendo R\$ 87 milhões para ações de sanea-

mento básico em pequenas localidades, incluindo abastecimento de água e esgotamento sanitário. A comissão também aprovou a emenda que canaliza R\$ 60 milhões para ações visando ao combate a doenças

endêmicas na população de baixa renda.

Cada uma das sete comissões permanentes do Senado pode encaminhar cinco emendas à proposta orçamentária para o ano seguinte.

## Projeto Calha Norte poderá receber R\$ 62 milhões

As cinco propostas de emenda que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) decidiu apresentar ao Orçamento da União do próximo ano deverão beneficiar municípios abrangidos pelo Projeto Calha Norte, na fronteira do país, e na modernização do Exército. Além disso, a comissão propõe ao relator-geral do orçamento que destine R\$ 120 milhões para que o Itamaraty pa-

gue contribuições devidas à Organização das Nações Unidas.

As emendas para realização de obras de infra-estrutura no Calha Norte foram apresentadas pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Fernando Matusalém (PPB-RO), no valor de R\$ 62 milhões. A destinada a pagamento da ONU é do senador Tião Viana (PT-AC), enquanto a emenda para modernização do Exército, no valor

de R\$ 58 milhões, foi apresentada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

A comissão concordou ainda com emenda do senador Hugo Napoleão (PFL-PI), no valor de R\$ 84 milhões, para manutenção e suprimento de combustíveis do Comando da Marinha. Ainda por proposta de Tião Viana, o Exército receberia outros R\$ 40 milhões para suprimento de equipamentos de en-

genharia de construção.

Cabe ao relator-geral do projeto de lei orçamentária na Comissão Mista de Orçamento (CMO) decidir se as emendas serão contempladas.

Geralmente, quando a CMO identifica excesso de arrecadação, o relator distribui os recursos entre as emendas apresentadas pelas comissões (projetos de interesse nacional) e pelas bancadas (projetos estaduais).

## Infra-Estrutura propõe emenda para irrigação no Nordeste

Na reunião realizada ontem, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou cinco emendas ao Projeto de Orçamento da União de 2002, totalizando o valor de R\$ 310.746,86 para as cinco regiões do país.

Das emendas a serem apresentadas pela CI à Comissão Mista de Orçamento, a Região Nordeste foi a mais beneficiada, recebendo o montante de R\$ 100 milhões para implantação de projetos de irrigação, por iniciativa da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE).

Pelo Sudeste, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) conseguiu aprovar emenda de sua autoria que

destina R\$ 83,1 milhões a projetos que visam à melhoria da qualidade do ar e de proteção da atmosfera, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR) e Marluce Pinto (PMDB-RR), representantes da Região Norte, decidiram aglutinar suas emendas destinadas à implementação de ações integradas de desenvolvimento urbano pela Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. O valor da emenda será de R\$ 80 milhões.

Os senadores José Eduardo Dutra (PT-SE) e Emilia Fernandes



Comissão de Infra-Estrutura também acolheu emenda para proteção da atmosfera

(PT-RS), na cota da Região Sul, apresentaram emenda no valor de R\$ 32.646,860 direcionados para a implantação do Centro Regional Sul de Pesquisas Espaciais no estado do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do Ministério da

Ciência e Tecnologia.

Pela Região Centro-Oeste, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apresentou emenda no valor de R\$ 15 milhões visando à adequação de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte.

## CAE beneficia agricultura, emprego e turismo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) selecionou as cinco emendas à proposta do Orçamento da União para 2002 que serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento. As emendas da CAE foram tiradas de um total de 21 apresentadas por seus integrantes, após ampla discussão em reunião realizada ontem.

As emendas aprovadas concentram-se nas áreas de turismo, agricultura, desenvolvimento agrário e geração de renda. Elas movimentam recursos da ordem de R\$ 1,18 bilhão.

Duas emendas referentes à área de turismo – uma de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), de R\$ 290 milhões, e outra do senador Romero Jucá (PSDB-RR), de R\$ 160 milhões – foram aglutinadas numa única emenda. A sugestão de Lúcio Alcântara beneficia principalmente a promoção turística e a criação de infra-estrutura econômica e social em municípios de até 250 mil habitantes, enquanto a de Romero Jucá preocupa-se mais com a imagem turística do Brasil no exterior.

Foram também selecionadas a emenda que determina ações de geração de renda para reduzir a pobreza em diversas regiões do país, de autoria do senador Romero Jucá (no valor de R\$ 50 milhões); a que beneficia o financiamento para atividades que visem obter melhoria na qualidade do café produzido no Brasil (R\$ 200 milhões), do senador Ricardo Santos (PSDB-ES); a que visa à modernização do Sistema Unificado de Sanidade Agropecuária em instâncias intermediárias (R\$ 400 milhões), apresentada pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT); e a destinada ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), para melhoria de assentamentos rurais (R\$ 80 milhões), encaminhada pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA).

# Moreira quer atualizar regras para o turismo

Senador anuncia que pretende apresentar projeto fixando direitos e responsabilidades de empresas ligadas ao setor

Presidente da Subcomissão de Turismo, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Moreira Mendes (PFL-RO) manifestou ontem em Plenário sua preocupação com o setor e anunciou que pretende apresentar um projeto de lei para disciplinar e fixar direitos e responsabilidades de empresas ligadas ao turismo.

Para o parlamentar, as normas que regulamentam as atividades de agências de turismo são muito antigas e defasadas. Prova disso é o fato de a Embratur, órgão encarregado de classificar e fiscalizar os empreendimentos turísticos, ter cadastradas somente 10 mil agências de viagem, quando se estima que o número seja superior a 16 mil.

As empresas clandestinas, con-



Moreira Mendes lembrou que o ministro do Desenvolvimento nada mencionou sobre turismo em audiência no Senado

tinuou Moreira, operam no mercado de maneira irregular e competem de forma desleal com as empresas legalmente cadastradas. O senador lamentou que a Embratur não esteja exercendo o poder de polícia, embora tenha autoridade para fechar as portas dos estabelecimentos irregulares.

Moreira Mendes salientou que

o presidente da Embratur, Caio Luís de Carvalho, tem realizado um trabalho excepcional à frente do órgão e é responsável pelos poucos êxitos que se verificam no setor. Na avaliação de Moreira Mendes, a situação das agências de viagem clandestinas é resultado da falta de recursos e estrutura do órgão.

Com a sua proposta, o senador quer estabelecer um regulamento básico para um setor que considera de extrema importância para o desenvolvimento social e econômico do país. Ele lamentou que, ao contrário do que acontece com outros segmentos da economia, o governo não estimule o turismo.

Moreira lembrou que, em audiência pública no Senado, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sérgio Amaral, comentou problemas relativos à exportação, mas não mencionou nada sobre turismo.

## Tuma pede informações sobre Fazendas Reunidas

Notícias veiculadas pela imprensa de que a empresa Fazendas Reunidas Boi Gordo, especializada no mercado de pecuária, passa por dificuldades de liquidez, podendo causar prejuízos a seus investidores, levaram o senador Romeu Tuma (PFL-SP) a apresentar requerimento de informações ao Ministério da Fazenda, para obter esclarecimentos sobre a regularidade fiscal da instituição. O requerimento foi aprovado pelo Plenário.

Tuma também quer saber se

existem processos contra a empresa na Comissão de Valores Mobiliários. A Fazendas Reunidas tem uma carteira de clientes de várias faixas de renda e uma possível falência, na avaliação do senador, além de atentar contra a economia popular, pode desestabilizar o mercado pecuário.

Outro requerimento de informações ao Ministério da Fazenda aprovado ontem, de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC), solicita a relação de todas



Requerimento de Tuma foi aprovado pelo Plenário do Senado

as operações de financiamento externo, feitas por empresas brasileiras, em valores superiores a US\$ 10 milhões, desde 1995. Marina justifica o pedido argumentando que a entrada indiscriminada de produtos importados no mercado nacional tem afetado negativamente a capacidade de produção brasileira, ocasionando falências e desemprego.

## Souto cobra solução para conflito de terras na Bahia

O senador Paulo Souto (PFL-BA) apelou ontem ao ministro da Justiça e ao presidente da Funai para que encontrem uma solução que interrompa as invasões de pequenas propriedades rurais por índios nos municípios de Pau Brasil, Itaju e Camacã. Segundo ele, os índios justificam as invasões por considerarem as propriedades parte da reserva indígena, mas a questão está sendo decidida na Justiça.

— Será de exclusiva responsabilidade da Funai, por negligência ou omissão, qualquer violência que venha a acontecer no sul da Bahia. Esse é um problema que se arrasta há muitos anos e há mais de 50 anos que esses pequenos proprietários rurais trabalham e produzem naquela região. Essas famílias estão sendo expulsas sob a complacência da Funai.



Souto apelou ao ministro da Justiça e ao presidente da Funai

Segundo Souto, a Funai ignora as invasões e a situação evoluiu para um grau de violência em que não é mais possível esperar pela decisão da Justiça. O senador revelou que a Funai tem tentado comprar algumas propriedades, mas os donos têm que esperar meses e até anos pela indenização.

## Patrocínio defende facilidade para entrada de executivos

“O mundo moderno não tem mais lugar para xenofobias paranoicas”, disse ontem o senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), ao criticar os empecilhos burocráticos impostos pelo Ministério do Trabalho à concessão de vistos solicitados por executivos estrangeiros que desejam trabalhar em escritórios situados no Brasil.

O senador disse que os problemas do mercado de trabalho brasileiro não são causados pela vinda de executivos para ocupar cargos de direção em multinacionais. Em sua opinião, a política de dificultar a concessão desses vistos representa um autêntico “tiro no próprio pé”.

Patrocínio pediu ao ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, que adote uma política mais flexível na concessão desses vistos, observando que manter a atual postura prejudica a inserção do Brasil no mundo globalizado e o estratégico posicionamento regional do país.

O senador disse que essa flexibilidade é importante para o país e crucial para a meta a que se propôs a cidade de São Paulo de tornar-se o centro econômico e de



Carlos Patrocínio pede ao ministro do Trabalho que flexibilize concessão de vistos

tomada de decisões da América Latina no mundo globalizado. Além de prejudicial a São Paulo, ele acha que a dificuldade para conceder vistos é nociva, até porque o governo anuncia a criação da Agência de Promoção ao Investimento Estrangeiro.

Para Carlos Patrocínio, não faria sentido o Brasil despender recursos para atrair investidores estrangeiros e, ao mesmo tempo, discriminar os executivos estrangeiros.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PDT-DF) voltou a dizer que não considera a globalização vantajosa para o Brasil.

## Rocha: Senado debate crise entre AmBev e distribuidoras

Lembrando que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará no dia 6 de novembro audiência pública para discutir as divergências entre a AmBev e as distribuidoras de bebidas, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) fez um relato desse contencioso.

Ele referiu-se a denúncias de que há hoje, no Brasil, uma espécie de massacre da AmBev, empresa que resultou da fusão das marcas Antarctica, Brahma e Skol, contra as distribuidoras de bebidas. Conforme explicou, desde essa fusão, inúmeras distribuidoras tiveram que fechar suas portas e repassar a comercialização de bebidas para a própria AmBev.

De acordo com Rocha, muitos encerraram suas atividades em função da estratégia da AmBev de desestruturar todo o sistema autônomo de distribuição de cervejas e refrigerantes no Brasil.

— Isso tem produzido uma crise no setor com grande número de desempregados e algumas empresas passando por grandes dificuldades — acrescentou.

Como exemplo, Rocha disse



Sebastião Rocha: muitas distribuidoras tiveram que fechar suas portas

que, no Amapá, a revenda da marca Antarctica adquiria a bebida em Manaus e a transportava de barco até Macapá. Depois que assumiu essa marca, a AmBev decidiu transferir a entrega da bebida para Teresina (PI), onerando a distribuidora que, agora, além do transporte fluvial, tem que arcar também com o transporte rodoviário.

No entender de Sebastião Rocha, se o Senado participou do processo de discussão que levou à formação da AmBev, é plenamente justificável que examine o conflito. “Nada tenho contra a AmBev. O que quero é que, de forma muito transparente, esse assunto seja debatido pelo Senado.”

# Senado vota hoje primeira medida provisória sob as novas regras

Matéria abre crédito extraordinário de R\$ 154 milhões para socorro a vítimas das secas no Nordeste e enchentes no Centro-Sul. MP nº 1 já foi aprovada pelos deputados

O Senado vota hoje a primeira medida provisória depois que o Congresso Nacional alterou a Constituição para limitar o uso desse instituto pelo presidente da República, impedindo inclusive que elas sejam reeditadas indefinidamente. Trata-se da MP nº 1, que abre crédito extraordinário para socorro a vítimas das secas no Nordeste e das enchentes do Centro-Sul.

A medida provisória, já votada pelos deputados, destina R\$ 154 milhões para ações de emergência coordenadas pela Defesa Civil. O combate aos efeitos da seca contará com R\$ 130 milhões, enquanto as prefeituras dos estados de São Paulo e de Mato Grosso do Sul receberão outros R\$ 20 milhões para atender a flagelados das enchentes. O dinheiro será repassado pelo Ministério da Inte-



Pela primeira vez o Senado examina uma MP, que antes era analisada em sessão conjunta do Congresso Nacional

gração Nacional.

O Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, informa ao Congresso que o crédito permitirá que sejam mantidos os programas de

concessão de bolsa-renda e abastecimento de água potável por carros-pipa por mais dois meses nas regiões afetadas pela seca. Parte do dinheiro sairá do cancelamento de ações do progra-

ma de renda mínima intitulado Toda Criança na Escola, do Ministério da Educação. Esse programa é mantido pelo Fundo de Combate à Pobreza, criado pelo Congresso no ano passado.

## Fogaça: enchentes provam que MP não poderia ser extinta

O senador José Fogaça (PPS-RS) saudou em discurso a votação pelo Plenário da Casa, na sessão de hoje, da primeira medida provisória editada pelo presidente da República depois que o Congresso limitou a abrangência das MPs e os prazos para sua votação. A MP abre crédito no Orçamento da União para socorrer as vítimas das enchentes no Centro-Sul do país e das secas do Nordeste.

— Estavam equivocados aqueles que queriam simplesmente extirpar da Constituição o instituto das medidas provisórias. Fica claro agora que as MPs são

necessárias, pois permitem resolver situações de emergência, que geralmente afetam os mais pobres, como é o caso dos flagelados do Sul — observou Fogaça, um dos relatores da emenda constitucional que estabeleceu novas regras para edição de medidas provisórias e seu trâmite no Congresso.

O senador informou ao Plenário ter participado de comitiva de prefeitos, deputados e senadores do Rio Grande do Sul que se encontrou no final da semana com ministros do governo para solicitar ajuda para socorrer os flagelados.



Fogaça foi relator da emenda que fixou novas regras para medidas provisórias

— A votação desta medida provisória inicia nova realidade política, jurídica e institucional no país. Foram necessários 13 anos desde a Constituição de 1988 para

que se chegasse a esta nova situação, em que o presidente da República ainda pode editar MPs, mas só em caráter de total relevância e urgência — acrescentou.

## Reedição está proibida desde 12 de setembro

Desde o dia 12 de setembro, o presidente da República não pode editar medida provisória sobre assuntos fiscais ou orçamentários, confisco de dinheiro e direitos políticos, entre outros assuntos. Isso é o que determina a Emenda Constitucional nº 32, promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado, que alterou uma situação vigente por 13 anos — a partir da Constituição de 1988.

A mudança constitucional acabou com a possibilidade de

se reeditar todo mês uma medida provisória, até que ela fosse aprovada ou rejeitada pelos deputados e senadores. Agora, o presidente assina a MP e ela deve ser votada em 60 dias pelo Congresso.

Caso isso não ocorra, a medida terá vigência por mais 60 dias e, nessa segunda fase, receberá prioridade total para votação no Congresso, inclusive trancando a pauta de votação da Câmara e do Senado. Ou seja, se em 120

dias o governo não mobilizar sua base política para votação da matéria, ela deixará de existir no 121º dia, porque está proibida sua reedição pelo presidente da República.

A possibilidade de reedição indefinida de uma MP fez com que os últimos presidentes da República assinassem mais de 6 mil medidas provisórias desde a Constituição de 1988. O então presidente José Sarney editou 147, Fernando Collor 160 e Itamar Franco

outras 505. Já Fernando Henrique Cardoso chegou a assinar 2.609 MPs no seu primeiro governo e já ultrapassou esse número no seu segundo mandato. Algumas MPs chegaram a ser reeditadas por mais de 100 meses seguidos.

Outra alteração introduzida no dia 12 de setembro determina que a Câmara e o Senado votarão separadamente as medidas provisórias — antes, isso ocorria em sessão do Congresso — deputados e senadores numa mesma sessão.

## Eduardo: verba para pesquisa no Norte é reduzida

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) denunciou que apenas 0,59% dos recursos destinados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico que constituirão um fundo a ser administrado pelo Centro de Gestão Técnica e Acompanhamento do Governo Federal serão dirigidos à Região Norte. Citando reportagem publicada na *Folha Ciência* em 20 de setembro último, o senador registrou que, dos investimentos anuais no setor de cerca de R\$ 1 bilhão, 73,98% vão para a Região Sudeste, 14,05% para a Sul, 8,68% para a Nordeste e 2,70% para a Centro-Oeste.

Segundo o senador, privilegiar as regiões Sudeste e Sul significa agravar as diferenças regionais e a “equivoca estratégia de desconhecer as potencialidades nacionais em favor de atrelar-se ao processo da competição globalizada, que só beneficia os donos do processo”.

Eduardo registrou ainda a realização de simpósio sobre “Propriedade intelectual e direito sobre a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais”, realizado em Manaus numa promoção do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) em colaboração com a União Européia. Ele defendeu a necessidade de o Brasil dar um grande passo para proteger a biodiversidade e os conhecimentos tradicionais e ter controle sobre seu uso.



Eduardo Siqueira Campos também defendeu proteção à biodiversidade



Ademir diz que, se governador não tomar providências, pode lutar por federalização de estrada

## Ademir pede a recuperação da rodovia PA-279

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) comunicou ao governador do Pará, Almir Gabriel, da tribuna do Plenário, que, se não forem tomadas providências no sentido de recuperar ou asfaltar a rodovia estadual PA-279, trabalhará no Congresso para federalizar a estrada. Ele comentou que, em visita a oito municípios do sul do estado nesse final de semana, pôde constatar a preocupação das pessoas com relação à situação daquele eixo rodoviário.

A PA-279 começa no município de Xinguara, passando por Água Azul do Norte, Tucumã, Ourilândia e termina em São Félix do Xingu, atravessando uma das regiões mais ricas do estado, disse o senador, "com terras férteis e onde o povo cria e constrói a sua própria história". Ele acrescentou que a precariedade da rodovia está encarecendo a produção, já que o preço cobrado pelo transporte dos produtos é alto.

Ademir Andrade lembrou que com a chegada das chuvas a situação da estrada tende a piorar, havendo o risco de o trânsito em alguns trechos ficar impossibilitado. O senador informou que a situação está tão precária que até algumas pontes já caíram.

— Estou preocupado porque o governador Almir Gabriel já está há quase sete anos no cargo e ainda não deu um posicionamento a respeito do problema.

A federalização da PA-279, no entendimento de Ademir, apesar de não ser a solução mais acertada, é a forma que a bancada federal do estado tem para conseguir recursos do Orçamento da União com o objetivo de asfaltar a estrada. Ele lembrou que, há três anos, a bancada conseguiu recursos para eletrificar a região.

# Inscrição de candidatos confirma que PMDB disputará Presidência, diz Tebet

Depois de receber Pedro Simon e Itamar Franco, o presidente do Senado admite que podem surgir outros nomes para concorrer nas prévias do partido

O presidente do Senado, Ramez Tebet, afirmou ontem, depois de receber em seu gabinete o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, e o senador Pedro Simon (PMDB-RS), que a inscrição dos dois como candidatos às prévias do partido às eleições presidenciais de 2002 "é a reafirmação do PMDB e acaba com qualquer dúvida de que o partido terá candidatura própria, pelo menos no primeiro turno".

Tebet disse que estava muito satisfeito porque se considera "o maior defensor das prévias no PMDB", tendo sido o autor da proposta de sua realização perante a convenção. Ele disse ainda que, em princípio, a data marcada deve ser mantida.

— A convenção decidiu soberanamente pelo dia 20 de janeiro e só um fato de força maior poderia justificar o adiamento. Fora isso, temos que respeitar o resultado da convenção — declarou.

Questionado sobre o fato de tanto Itamar quanto Simon serem opositores, o senador admitiu que "o PMDB está praticamente fora do governo", embora ainda ocupe o Ministério dos Transportes, enquanto o da Integração continua vago. Tebet admitiu que podem surgir outros pré-candidatos e assegurou que, mesmo com os nomes do governador de



Entre os candidatos Itamar e Simon, Ramez Tebet disse que "o PMDB está praticamente fora do governo"

Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, e do presidente do partido, deputado Michel Temer (SP), sendo citados, ainda não existe definição a esse respeito.

O senador defendeu, porém, o direito de Temer acompanhar o presidente Fernando Henrique em viagem, argumentando que o partido ainda faz parte da base do governo e seria "um ato incivilizado deixar de atender ao convite sem motivo justificado".

— Todos têm o direito de conversar, e numa eleição em que poderá existir segundo turno, seria absurdo os políticos não conversarem — assinalou.

## Simon é contra indicação de peemedebista para ministro

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse ontem em Plenário que há quase uma unanimidade nas bancadas do PMDB no Senado e na Câmara em relação à não-indicação de um parlamentar do seu partido para o cargo de ministro da Integração Nacional, ocupado até recentemente pelo atual presidente do Senado, Ramez Tebet. Simon fez a afirmação ao contestar notícia veiculada pela imprensa de que seria nomeado um peemedebista para o cargo.

Simon ressaltou que o PMDB não se reuniu para discutir o assunto e que o presidente do par-

tido, deputado Michel Temer (SP), já declarou, de forma taxativa, que é contra o preenchimento da vaga no Ministério da Integração Nacional por um membro do partido.

O senador fez um apelo ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, para que respeite a posição do PMDB e não faça a nomeação.

Simon, que falou em aparte ao discurso do senador Iris Rezende (PMDB-GO), comunicou ainda que deixaria a sessão plenária para registrar sua candidatura às prévias do PMDB para a escolha do candidato do partido à eleição presidencial de 2002.

## Para Maldaner, candidatura própria é o melhor caminho

A candidatura de um integrante do PMDB à Presidência da República é o melhor caminho a ser seguido, na opinião do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele lembrou ontem que o partido realizou convenções municipais em mais de 5 mil municípios brasileiros e que o sentimento geral favorece a candidatura própria. "É a vontade da maioria de um partido com 35 anos de vida. Não vejo outro caminho.", acrescentou.

Maldaner ressaltou que a escolha de candidatos próprios é direito de todos os partidos e que não há mais como o PMDB aceitar propostas de apoio a candidatos de outros partidos. A partir das convenções municipais, o senador concluiu que este é um "pensamento

palpitante" em todo o Brasil.

— Nem mesmo o presidente do partido poderá negociar apoios no primeiro turno, mas, se não estivermos no segundo turno, vamos conversar — assinalou.



Casildo Maldaner: "É a vontade da maioria de um partido com 35 anos de vida"

## Marta defende recursos federais para São Paulo

A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, que esteve ontem no Congresso para defender a inclusão de recursos para seu município no Orçamento da União, foi recebida pelo presidente do Senado, Ramez Tebet.

Acompanhada na audiência pelo presidente do PT, deputado José Dirceu, Marta explicou ao senador as necessidades de seu município. Entre as verbas pretendidas estão R\$ 47 milhões para drenagem em áreas sujeitas a inundações e R\$ 80 milhões para o setor de saúde, destinados ao reequipamento dos hospitais, além de recursos para programas habitacionais em favelas consideradas de alto risco pelo elevado índice de ocorrência de incêndios.

# TV aberta deve melhorar o nível dos programas, afirma Alcântara

Senador observa que, “longe de implementar uma variedade verdadeiramente rica, os canais tradicionais preferem apostar na banalização da grade”

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) fez uma análise sobre a situação da televisão no país, concluindo que é necessário aperfeiçoar a produção e tornar mais democrática a veiculação de programas culturais e educativos. Segundo Alcântara, a televisão brasileira é reconhecida como uma das mais criativas e com padrão de qualidade, mas existe uma dicotomia entre o chamado sistema aberto, que exhibe produções exclusivamente populares, e o sistema fechado, de TV por assinatura, que se ocupa das retransmissões de qualidade

das emissoras estrangeiras e da difusão dos melhores programas nacionais.

Alcântara elogiou a programação das TVs estatais, citando como exemplo a TV Cultura, a TVE e a Rede Minas, que, segundo ele, divulgam eventos culturais e alcançam a população, embora enfrentando, muitas vezes, precárias condições de trabalho. Elogiou também a TV Senado.

— Além das transmissões ao vivo das sessões, a TV Senado exhibe documentários sobre o Legislativo, espetáculos teatrais, óperas, con-

certos e verdadeiras aulas de história e teoria musical. Mais importante ainda é a apresentação do “Fala Cidadão”, em que pessoas abordadas nas ruas fazem perguntas aos legisladores e registram reclamações e insatisfações — comentou.

As emissoras de TV abertas precisam ser aperfeiçoadas, segundo o senador. “Longe de aproveitar a ocasião da abertura comercial para implementar uma variedade verdadeiramente rica de programas, os canais tradicionais preferem apostar na banalização da grade.”



Lúcio Alcântara elogiou programação das emissoras estatais e da TV Senado

## Maciel aplaude presença do Senado em feira

Em visita ao estande do Senado na 3ª Feira Internacional do Livro de Pernambuco, o vice-presidente da República, Marco Maciel, elogiou a presença da Casa no evento. Em sua opinião, a participação do Senado em feiras desse tipo permite que a população dos estados conheça mais sobre o Legislativo. Maciel disse ainda que esse contato ajuda a “florescer o interesse pela atividade política”.

— É fundamental que possamos despertar a vocação de novas lideranças. A democracia não se faz sem renovação. A participação do Senado na Feira do Livro é muito boa e presta esse inestimável serviço, sobretudo aos mais jovens. Essa iniciativa também é muito importante para mim, como pernambucano, pois, assim, o Senado demonstra o apreço que tem pela região nordestina.

Maciel recebeu cópias de obras que foram lançadas na Feira do Livro de Pernambuco. Ele também ganhou um exemplar do livro *História das Idéias Políticas no Brasil*, das mãos do autor, o professor Nelson Nogueira Saldanha.

Nelson Saldanha elogiou as publicações escolhidas pelo Conselho Editorial do Senado. Com as obras, disse, a Casa oferece informações para que seja feita uma revisão completa da história do Brasil.

## Álvaro Dias protesta contra “campanha alarmista” sobre terrorismo no Paraná

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) manifestou sua contrariedade diante do que qualificou de “campanha alarmista” de órgãos da imprensa em geral, que vêm divulgando a existência de agentes e focos de grupos terroristas na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná. Ele também criticou o fato de o governo federal não tomar nenhuma providência para combater essas notícias.

— Esse tipo de campanha vem prejudicando muito a cidade de Foz do Iguaçu, que vive do turismo e do comércio. E o governo tem sido incompetente no combate dessas ações — reclamou o senador.



Álvaro: “Esse tipo de campanha vem prejudicando muito Foz do Iguaçu”

Álvaro Dias observou que a cidade realmente abriga pessoas de várias nacionalidades e religiões, exatamente por ser uma zona de livre comércio e fazer divisa com outro país, o Paraguai.

— Apesar disso, árabes, libaneses, paraguaios, brasileiros, católicos, evangélicos e muçulmanos convivem num cenário de paz e tranquilidade e produzem enormemente para o desenvolvimento econômico do Paraná.

O senador informou que as reportagens sobre o tema causaram uma queda significativa na atividade de hotéis, agências de turismo, bares, restaurantes e o comércio de Foz do Iguaçu, em função do medo de atentados ou atos terroristas.

— Não entendo a especulação e a exploração de uma situação que não existe e não tem a menor chance de ocorrer.

## Emilia promove evento sobre cultura gaúcha

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) promoveu ontem, na Biblioteca do Senado, o evento cultural O Pampa no Coração do Brasil, com o objetivo de mostrar um pouco da cultura gaúcha à capital federal por meio da música, da poesia, dos trajes, dos costumes, da dança e da história de “uma gente cuja trajetória foi marcada pela luta incessante no sentido de afirmar sua regionalidade e de reafirmar sua nacionalidade”.



Danças tradicionais foram apresentadas na Biblioteca do Senado

O evento contou com a participação do grupo de danças tradicionais Ronda Gaúcha, que apresentou as danças *Fandango Sapateado*, *Chico do Porrete*, *Figuras e Variações de Chotese* a *Chula*, resgatadas do folclore pelo historiador e escritor Paixão Cortes, que

também participou do evento. Os músicos do Centro de Tradições Gaúchas Estância Gaúcha do Planalto executaram o *Hino ao Rio Grande*.

O Pampa no Coração do Brasil teve o apoio dos senadores José Fogaça (PPS-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS).

## Ex-presidente do Flamengo fala sobre contas

A CPI do Futebol ouviu hoje, às 14h, o depoimento do ex-presidente do Flamengo Kléber Leite, que deverá fornecer aos senadores detalhes da movimentação de duas contas no exterior em nome do Flamengo. Kléber Leite presidiu o clube entre 1995 e 1998.

Em depoimento à CPI, o atual presidente do clube carioca, Edmundo Santos Silva, negou que o clube movimentasse recursos em paraísos fiscais. No entanto, a CPI descobriu a existência de conta nas Ilhas Cayman.

O clube tem outra conta no exterior, esta reconhecida pelo dirigente, em uma agência do Banco Bilbao Viscaya, em Nova York. Há suspeitas de que essa conta seja utilizada para evasão de divisas e sonegação fiscal. Parte do depoimento de Kléber Leite ocorrerá em sessão secreta.

## CPI do Roubo de Cargas ouve dois depoentes

A Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investiga o roubo de cargas no país reúne-se hoje, às 15h, para ouvir os depoimentos de Imaculada Conceição Pereira Oliveira e de Sebastião Brum.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) preside a comissão, que tem o deputado Mário Negromonte (PPB-BA) como vice-presidente. O relator é o deputado Oscar Andrade (PL-RO).

## Comissão de Fiscalização analisa relatórios

A pauta da Comissão de Fiscalização e Controle prevê, para a reunião que acontece hoje, às 18h, a discussão de quatro relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU). Um dos itens trata da auditoria em obras realizadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) na Bahia. Outro ponto é a análise do convênio entre o DNER e o estado de Santa Catarina.

Os senadores também discutem auditorias do TCU no Departamento de Estradas e Rodagem (DER) do Amazonas e os indícios de superfaturamento de preços nos serviços de terraplenagem contratados pelo DNER na região de Goiânia (GO).